



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



Nós vamos repassar, agora em agosto, 180 milhões de reais para 18 estados recuperarem os trechos mais críticos das rodovias federais. Para ser mais exato, vamos começar, vamos apenas começar, a reparar as nossas estradas, principalmente as mais danificadas, localizadas no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste.

Hoje, eu gostaria de dar algumas informações para você, que está me ouvindo, para que você entenda o que fez a situação das estradas chegar a esse ponto. De 1975 para cá, a malha rodoviária, que era de 24 mil km, subiu para 56 mil. Nossas estradas têm hoje, em média, 25 anos de construção, apesar de sua vida útil, por nossos padrões, ser de apenas 12 a 15 anos.

Temos outro agravante. Há 25 anos, nossa frota era de 4 milhões e 500 mil veículos. Hoje, ela é de 32 milhões. E nem vou falar da tonelagem dos caminhões que, hoje, é no mínimo duas vezes aquela de 1970. Isso só acelera o desgaste das estradas. Para complicar mais, em 88, cometemos a imprudência – digo cometemos porque eu também fui constituinte – de acabar com o Fundo Nacional dos Transportes ao fazer a atual Constituição. Esse fundo era alimentado pelo setor de petróleo. Era uma fonte garantida e exclusiva de recursos que mantinha as estradas em boas condições.

E agora vou explicar também como é que queremos reservar recursos em caráter permanente para recuperar e manter a nossa malha rodoviária em boas condições. A proposta do Governo é uma emenda constitucional que está sendo analisada por uma comissão especial do

Congresso e que esperamos que seja votada ainda agora, no segundo semestre. Esclareço que não se trata de criar imposto, mas de poder destinar para as rodovias recursos que já existem sobre a revenda, o refino e a importação de petróleo, de gás natural e de álcool.

A situação das rodovias é crítica. Mas estaria muito pior se nesses últimos anos não tivéssemos tomado medidas que eu gostaria agora de lembrar. Nós passamos para a iniciativa privada a responsabilidade de cuidar de algumas estradas federais, o que só é possível nas Regiões Sul e Sudeste, porque podem cobrar pedágio. Agora, temos um programa que prevê a terceirização dos serviços de manutenção. Isso vai liberar o nosso pessoal para fiscalizar melhor os serviços e a aplicação de recursos.

Antes de encerrar, eu quero pedir um pouco mais de paciência aos motoristas que dependem das rodovias para viver. E aos parlamentares que estão sentindo o problema nos seus estados nesse recesso, eu peço que agilizem a votação da emenda que vai garantir recursos para as nossas estradas.